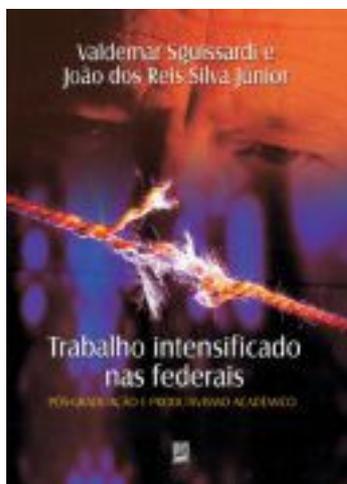


## Reflexões sobre a ideologia produtivista a partir da leitura de “Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico”\*

Antonio Ozaí da Silva\*\*

“Na universidade mercantilizada, adoecer significa ser estigmatizado”  
(Sguissardi e Silva Júnior, 2009, p.45)

Eu tenho ouvido, quando a gente reúne os 52 cursos [de pós-graduação do país], alguns gemidos ou ranger de dentes, mas o pessoal suporta bem os sarrafos da Capes. Mas eu acho que nós estamos chegando num limite...”\*\*\*



### Introdução

Por que determinadas práticas tornam-se predominantes na universidade, especialmente na pós-graduação? Por que os docentes introjetam a ideologia produtivista de forma acrítica e “natural”? Por que o *ethos* acadêmico é essencialmente pragmático e de índole mercantil? O que explica a servidão voluntária de indivíduos considerados cultos aos ditames da ideologia produtivista e às exigências dos órgãos e agências como o CNPq, Capes, etc.? O que ganham e o que perdem ao se submeterem incondicionalmente? Por que mesmo aqueles que são nitidamente prejudicados aceitam resignadamente e não organizam a resistência?

São questões que envolvem a prática acadêmica e teimam em martelar a minha mente.<sup>1</sup> Se a reflexão crítica é o ofício do intelectual, o bom senso impõe um certo cuidado para não desgastar-se e, especialmente, não cansar os leitores e colegas. Por outro lado, o tema permanece atual e há sempre novos detalhes a observar. É como ver um filme novamente: sempre nos surpreendemos ao percebermos minúcias não observadas antes.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Embora já tenha me ocupado delas em outros momentos. Ver: *Produtivismo no campo acadêmico: o engodo dos números*, REA, nº 100, setembro de 2009, disponível em [http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Es\\_pacoAcademico/article/view/8148/4571](http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Es_pacoAcademico/article/view/8148/4571); *Somos todos delinqüentes acadêmicos?*, REA, nº. 88, setembro de 2008, disponível em [http://www.espacoacademico.com.br/088/88oza\\_i.htm](http://www.espacoacademico.com.br/088/88oza_i.htm); *A sua revista tem Qualis?*, REA, nº. 56, janeiro de 2002, disponível em [http://www.espacoacademico.com.br/056/56oza\\_i.htm](http://www.espacoacademico.com.br/056/56oza_i.htm); *A corrida pelo Lattes*, REA, nº. 46, março de 2005, disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/046/46pol.htm>; além de textos publicados no blog <http://antoniozai.wordpress.com>.

<sup>2</sup> Não obstante, devo registrar que o retorno a esta temática foi influenciado pela leitura da obra *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*, de Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Júnior (São Paulo: Xamã, 2009). E, também,

### Interesses no *campus*

Talvez nas minhas reflexões anteriores incidam algo de ingênuo. Afinal, se tais práticas predominam no *campus* é porque atendem a determinados interesses, ou seja, há os que ganham ao se conformarem à ideologia produtivista. O *ethos* pragmático e mercantil corresponde a uma estratégia legítima. Há os que pautam suas práticas universitárias pela *mais valia* dos bens simbólicos (*status*, distinção, poder, etc.), pelos ganhos reais (recursos públicos e privados) e se sujeitam às exigências para atingir tais objetivos. São os plenamente adaptados, dispostos a pagar o preço requerido pela competição fomentada por agências e órgãos que ditam as regras do jogo. Nestas circunstâncias, será correto vê-los como vítimas? Eles são os beneficiários. Parece-me, portanto, que se trata de uma adesão consciente. É uma opção e, como em todas, há bônus e ônus. Como recusar-lhes o direito de optar? Se o indivíduo, excitado pela competição, está disposto a qualquer coisa para vencer o jogo – até mesmo a vender a alma e renegar a saúde física e espiritual – não é seu direito? Pode alguém acusá-lo pelo desejo de possuir mais capital simbólico e o vil metal? Tal crítica não é coisa de espíritos ressentidos? Que temos a ver com isso? O individualismo e os valores predominantes na sociedade competitiva legitimam-no. É melhor deixá-lo em paz! Que siga o seu caminho, viva e morra feliz!

Há também os que reclamam, os que vivem a se lastimar pelo excesso de

---

por conversas com interlocutores que tenho a sorte de conviver no cotidiano da universidade, além dos leitores que comentam textos correlatos publicados em meu [blog](#). Agradeço, especialmente, aos amigos Fábio Viana Ribeiro, Raymundo de Lima e Walter Praxedes.

exigências, das tarefas a cumprir, etc., mas também se moldam e se resignam às estruturas burocráticas e à ideologia produtivista que influenciam o cotidiano das nossas vidas no *campus* e no ambiente familiar – e ainda se sentem à vontade para cobrar dos que se recusam a “jogar o jogo”. Apesar dos reclamos e choramingsos, se submetem porque não são capazes de abrir mão dos bens simbólicos e materiais a que têm direito enquanto partícipes do “jogo”. Reconheçamos, é uma atitude tão legítima quanto qualquer outra. É uma estratégia motivada por interesses igualmente legítimos. Que, também, vivam e morram felizes!

Há, ainda, os que não aceitam as regras do jogo e se recusam a jogá-lo. Claro, também pagam o seu preço – por exemplo, viver apenas do salário, não ter FGs, bolsa produtividade, o *status* de professor da pós-graduação, etc. Não é tão legítimo quanto as demais estratégias? Eles também têm motivações legítimas. No fundo, o mais importante para eles é simplesmente viver a vida, da melhor forma possível e com a consciência tranquila. Deixemos-lhes em paz. Até porque, na medida em que se recusa a competir e a “jogar o jogo”, é um concorrente a menos.

### Elementos para a análise

Como compreender a realidade dos diversos interesses presentes nas práticas cotidianas no *campus*? Em sua pesquisa sobre o produtivismo acadêmico nas universidades federais,<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> A pesquisa abrangeu 15 Instituições federais de ensino superior (Ifes) da região sudeste e, teve sete delas como amostra. Nesse universo, foram consideradas as entrevistas de 49 colegas professores-pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação, que ocupavam cargos na gestão universitária e outros ligados à militância sindical. O conjunto dos entrevistados representou cerca de 30 áreas do conhecimento.

Sguissardi e Silva Júnior (2009) consideram o papel desempenhado pelos formuladores das políticas para a educação superior, ou seja, a pressão institucional de organismos como o CNPq e a Capes. Não se trata, porém, de uma relação determinista, mas de considerar a prática universitária como decorrente “das políticas e imposições oficiais, mas, ao mesmo tempo, como produto das relações das instituições e dos professores com essas políticas e imposições” (SGUISSARDI e SILVA JÚNIOR, 2009, p. 19). É nesta interação entre os interesses dos indivíduos, instituições universitárias, sociedade e Estado que se configuram as práticas universitárias cotidianas. Nas palavras dos autores:

“Portanto, aborda-se aqui a instituição universitária não como agente reprodutora de expectativas ou projetos sociais, mas como resultado do próprio processo histórico, em que cada unidade institucional, ao mesmo tempo em que incorpora valores, normas, procedimentos, etc. socialmente constituídos, constrói sua própria forma de ser e de organizar-se; elabora normas e cria valores; e estabelece condutas, costumes, códigos e referências, que coletivamente utiliza como critérios para examinar, analisar, incorporar, negar ou modificar o que lhe é proposto. A instituição universitária incorpora uma cultura construída ao longo de sua própria história e, ao orientar-se por ela na adesão a políticas oficiais, normas e projetos, reproduz essa cultura, atualizando-a, ao mesmo tempo em que transforma seu processo institucional” (id., p.20).

A instituição universitária é, portanto, contraditória. Ela reage ao meio que a circunda, às políticas formuladas no âmbito externo. Não se trata de

aceitação passiva. E, no entanto, ainda que ela traduza tais políticas conformando-as à sua cultura e história particular – e que ocorram resistências – a verdade, porém, é que ela termina por aderir. Por outro lado, as instituições não são abstrações espectrais, mas entes constituídos por indivíduos de carne e osso e com diversos interesses em pauta. De fato, quem adere são os indivíduos.<sup>4</sup> E se o fazem não é apenas por imposição, mas também porque têm recompensas reais (objetivas). A adesão significa ganhos, interesses objetivados – ou, pelo menos, a esperança subjetiva de que também serão recompensados.

Não obstante, é necessário considerarmos a influência de agências como a Capes no sentido de estabelecer um padrão de comportamento e práticas nas universidades. Os professores, especialmente os vinculados à pós-graduação, vêem-se pressionados a atingir metas e obedecer a critérios definidos por outros alheios aos programas que participam. No *frigir dos ovos*, o que importa não é mais a qualidade do aprendizado, da formação dos mestrandos e doutorandos, mas sim cumprir as determinações exigidas pela Capes. Os fins são substituídos pelos meios. Disso depende a quantidade de bolsas, reconhecimento do programa, etc. Como salientam os autores:

“Outro ponto relevante refere-se à natureza exógena da avaliação imposta à organização do

<sup>4</sup> Por toda a obra, os autores reproduzem vários depoimentos que deixam explícitas as motivações que induzem ao conformismo. Muitos são os que estão dispostos a aceitarem os ônus da adaptação às exigências da Capes e CNPq – e há até quem conceba a ideologia produtivista subjacente às formulações, critérios e regras destes organismos de maneira positiva; outros reclamam do “excesso”, mas não rompem; são poucos os que tomam a atitude, considerada “radical”, de abandonar os programas de pós-graduação.

programa, que, diante do resultado dessa, terá ou não financiamento, maior ou menor volume de bolsas, etc. Por outro lado, as notas atribuídas aos programas instituem uma concorrência pelos recursos financeiros. Instaura-se a verdadeira competição entre os pesquisadores de uma mesma área. Acirra-se a pressão sobre eles, sobre seus orientandos no doutorado, no mestrado e na iniciação científica (afetando aí os alunos da graduação que, eventualmente, pretendam seguir a carreira acadêmica) e sobre a própria coordenação, além de propiciar uma quase “caça às bruxas” internas nos programas, segundo uma pseudo-racionalidade que pode interferir na formação do pós-graduando ou do graduando” (id., p.48).

Embora eles se refiram às instituições federais, são situações que se repetem nas universidades estaduais. Enquanto editor convivo com o desespero de orientadores e orientandos diante das exigências para publicarem. A publicação é condição para a conclusão e reconhecimento da pós-graduação. O professor exige que seu aluno publique, o programa pressiona-o neste sentido; por sua vez, o docente também precisa atingir as metas definidas e também é pressionado para publicar. Esta pressão tende a gerar deformações, comportamentos antiéticos, mas que paulatinamente tornam-se comuns e aceitáveis no *campus*. Além disso, como sinalizam Sguissardi e Silva Júnior, os professores acabam desenvolvendo mecanismos para driblar a avaliação da Capes:

“Por exemplo, redesenhando as dissertações e teses de doutorado e livre-docência, que passam a se constituir de um conjunto de artigos, seguindo um eixo teórico dos que as defendem. Nos dois primeiros casos, os artigos são

publicados e o orientador também se torna autor. O orientando em início de carreira ou já imbuído do espírito do produtivismo acadêmico vê-se lisonjeado em publicar juntamente com seu orientador. Desta forma, os professores-pesquisadores têm sua produtividade colocada em altos números/padrões...” (id., p. 217).

Os autores são condescendentes. Podem ocorrer casos em que o orientando, ao invés de se sentir lisonjeado, talvez se sinta atemorizado, pressionado pelas circunstâncias e o poder simbólico presente na relação orientandos-orientadores. Será que o orientando tem a alternativa de recusar este conluio? Será que ele tem condições de enfrentar as conseqüências de tal recusa? Nesta situação, não se trata de violência, ainda que simbólica?

De qualquer forma, estas estratégias contribuem para a queda da qualidade do trabalho que se pretende científico. Sobre isto, vale à pena lermos parte de um dos depoimentos transcrito por Sguissardi e Silva Júnior:

“...o aluno não faz mais a tese, em algumas áreas; ele escreve três artigos e encaderna. Então a tese, pra aquilo que você escrevia... a tese, você podia amadurecer, depois defender. Depois de fazer aquela reflexão amadurecida, aí é que você ia produzir um artigo síntese daquilo. Hoje, a tese é um resultado sem você ter amadurecido. Então, você não chegou num resultado final, você chegou a resultados parciais e publicou. É complicado. Eu tenho preocupações com isso, só que isso, pro sistema de avaliação quantitativo, é bom, sai-se bem. Se você vai ser pesquisador do CNPq, se você vai ser convidado pra isso e pra aquilo, a pessoa pega o seu currículo, vê quantas publicações você tem, quantos artigos e é uma coisa que nós não tínhamos até os

anos [19]90. Isso é perigoso” (EE6, 2007, p.11; in idem, p. 220).

Depoimentos críticos como este não anulam a tendência predominante ao conformismo. Aceita-se a avaliação da Capes, faz-se de tudo para se sair bem. Neste diapasão, esquece-se um aspecto importante:

“A Capes não se constitui numa instância de avaliação, mas numa agência de regulação e controle. Isto é, é bem avaliado o professor-pesquisador que fizer o que a proposta de cada programa de pós-graduação tiver estabelecido quanto à área em que ele terá que orientar, pesquisar, publicar, emitir pareceres, etc. Não é o professor que define sua prática universitária, não é de sua autoria a definição de sua pauta de trabalho, o que necessariamente restringe sua já precária autonomia” (id., p. 177).

É por estes meios que a ideologia produtivista se impõe. É no Lattes que ela encontra a sua mais perfeita tradução. Como afirmam os professores Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Júnior:

“Esta ideologia do produtivismo acadêmico origina-se do Estado, com mediação da Capes e do CNPq, acrescidos da Finep e do BNDS, entre outros. O produtivismo acadêmico assume sua forma mais acabada e objetivada no Currículo Lattes (CV-Lattes). [...] O Currículo Lattes é também, nessa condição, a demonstração documental, legitimada pela agência Capes, para o professor-pesquisador fazer sua consultoria e poder complementar seus parcos proventos e fazer sua “brilhante” e alienada entrada no setor produtivo. [...] O Currículo Lattes acaba sendo objeto de competitividade e do individualismo, quando se buscam informações da produção dos

colegas de área ou mesmo de departamento” (id., p. 45 e 46).

Ainda sobre este aspecto, leiamos parte da fala de um dos entrevistados:

“Está todo mundo se olhando no Lattes. – E: Um fica entrando no Lattes do outro. – P: Fica. E usa isso ou pra humilhar ou pra se apoiar, e no fim a gente sabe que muitas dessas publicações, dessas políticas de publicação são furadas e elas são direcionadas, sim. [...] Ela [pesquisadora brasileira de uma universidade estadunidense] ainda me disse que nas revistas americanas [estadunidenses] só publica quem conhece os editores. Ela me falou textualmente isso. Você precisa ligar pros editores, se eles são seus amigos, e falar: “Como é que você não vai aprovar o meu trabalho?” Isso mostra que o nosso esforço pra publicar lá fora nas revistas é em vão” (EF6, 2007, p.11; in idem, p. 229).

E, no entanto, acredita-se que os critérios e avaliações são imparciais, desprovidos de valores ideológicos, morais e isentos da influência dos fatores informais. De fato, a pressão para publicar produz situações constrangedoras tanto para os autores, quanto para os editores – desconsiderando-se, aqui, os casos tipicamente antiéticos, mas relegados à obscuridade.

### **Efeitos perversos do produtivismo acadêmico**

Um dos efeitos da pressão pelo produtivismo, assinalado acima, diz respeito à qualidade do que é produzido e às estratégias para publicar. Como ressaltam Sguissardi e Silva Júnior:

“O produtivismo acadêmico traz sérios problemas no que se refere à autoria. A publicação compulsória de artigos em co-

autoria revela mais uma face perversa desta ideologia produtivista que permeia atualmente a universidade. A realidade das pesquisas em todas as áreas no momento atual parece exigir abordagens distintas, porém articuladas, mas que cada intelectual participante da pesquisa conheça o seu processo e os resultados dessa investigação. No entanto, o produtivismo acadêmico parece promover esta racionalidade às avessas entre os pesquisadores, de tal forma que a resultante é, no máximo, a soma das partes do que cada um fez no seu domínio científico. O resultado e o processo são divididos como o são no processo de trabalho na fábrica” (id., p. 226-227).

Eis o taylorismo intelectual!

Por outro lado, são preocupantes os efeitos à saúde física e psíquica causados pela tensão e estresse diante das metas a serem atingidas. Os depoimentos são explícitos e, em alguns casos, terríficos!<sup>5</sup> À saúde debilitada

---

<sup>5</sup> A título de ilustração, reproduzo o depoimento de um dos entrevistados pelos autores: “Eu tive duas labirintites nesse processo aí. [...] A somatização é clara! Labirintite e claramente gastrite. A quantidade de professores com gastrite, ansiedade, depressão, tomando Ocadil, Rivotril. Ocadil é um antidepressivo, remédio para dormir, remédio para ficar acordado, maior loucura!” (EA5, 2007, p.7-8; in idem, p. 187). Por outro lado, a necessidade de ficar acordado, concentrar-se para produzir cada vez mais, tem levado muitos a recorrerem a outras drogas. Em nota de rodapé, os autores fazem referência à pesquisa realizada pela revista britânica *Nature*, a qual “revelou que já está disseminado na comunidade científica o uso da droga *Ritalina* (nome comercial da substância metilfenidato, lançada em 1956) para melhorar o desempenho intelectual. Um em cada cinco entrevistados disse já ter feito uso “instrumental” de medicamentos que normalmente são usados

e comprometida por jornadas de trabalho estafantes somam-se os aspectos desagregadores da vida privada e familiar. Em muitos casos, o trabalho passou a ser o centro da vida, relegando-se a plano secundário – ou até mesmo anulando-se – o lazer e o convívio familiar. Intensifica-se a necessidade de produzir, de apresentar resultados e a vida passa a girar em torno dos objetivos impostos pelo programa de pós-graduação, pela relação com os orientandos e pela pressão sobre si mesmo.

Por outro lado, a participação na pós-graduação e, em especial, o alcance das metas estabelecidas pela Capes, fortalecem a imagem dos programas bem avaliados e conseqüentemente o *status* dos professores envolvidos. Assim, quando mais produtivo maior a possibilidade de que novas portas sejam abertas, novos editais conquistados, bolsa produtividade, mais convites para bancas e eventos e... mais trabalho. Isto gera uma situação que parece compensadora. Como ressaltam os autores:

---

para tratar problemas psiquiátricos, como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Há um efeito colateral que é a insônia. Mas, como gênio é gênio, até esse tempo noturno de vigília é empregado em estudos. O metilfenidato é uma espécie de anabolizante para o cérebro, dando-lhe “abertura” para captar mais informações e acumulá-las em menor espaço de tempo, agindo no sistema nervoso central e potencializando a ação dos neurotransmissores noradrenalina e dopamina. Seus benefícios já são temas constantes de conversas informais entre estudiosos. Um levantamento feito na Universidade de Wisconsin, nos EUA, mostrou que um em cada cinco estudantes da instituição já haviam experimentado o metilfenidato. O efeito da substância prolonga-se até 12 horas” (SGARBO, L. A pílula dos cientistas. **Isto É**, São Paulo, 23 abr. 2008. Disponível em: [http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2007/imp\\_rime78125.htm](http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2007/imp_rime78125.htm); citado em idem, p. 217).

“Uma aparente contradição logo se vislumbra (...). Aparente, porque de imediato se poderia avaliar que tais mudanças no processo acadêmico-científico teriam seu ônus compensado pelo bônus da melhora do currículo, que, num círculo *virtuoso*, redundaria em *lucro* para o professor-pesquisador na forma de novos projetos financiados, bolsa de produtividade (com taxa de bancada), garantia de trabalho e melhores condições de produção, etc. Além de maior prestígio e poder, como o de interferir, por exemplo, no campo editorial e da divulgação científica da produção intelectual dos pares, eventuais concorrentes em contexto de mercantilização do trabalho intelectual. Disto decorre que a contradição tende a não se pôr de fato, porque a aceitação de convites, por mais que sobrecarregue o professor-pesquisador, concilia-se com a lógica cada vez mais dominante na prática universitária: a quem mais tem mais se dará, ou prestígio e poder atraem mais prestígio e mais poder” (id., p. 168).

Paradoxalmente, quanto maior o sucesso na carreira acadêmica, mais presente a possibilidade de estresse. No limite, o docente-pesquisador e sua família tornam-se reféns da prática universitária. Será que as vantagens de uma carreira universitária bem sucedida, isto é, de acordo com o padrão vinculado à ideologia produtivista compensa o ônus? O que é mais importante, o *status* e alguns 30 dinheiros a mais ou a saúde física e psíquica e uma vida familiar integrada e prazerosa? Não há algo errado quando o indivíduo, sob tais condições, parece sentir mais prazer no trabalho do que com o lazer, as coisas simples da vida – mas que são fundamentais – e a família?

Não obstante, a “aparente contradição” explicita bem as motivações e os fundamentos do conformismo. Eles se vêem como vencedores, plenos de capital simbólico e financeiramente bem resolvidos. Ao mesmo tempo, explica a opção pela pós-graduação e sua supervalorização, a despeito dos efeitos perversos inerentes à ideologia produtivista que lhe dá sustentação. Como destacam Sguissardi e Silva Júnior, a partir da fala dos entrevistados:

“são as “recompensas maiores em termos pessoais”; “você lida com um patamar intelectual mais alto”; “socialmente você é mais reconhecido”; “você é professor na pós-graduação”; “Você cria o seu currículo...”; “Isso dá uma auto-satisfação”; e “Você tem muito mais possibilidade de angariar recursos para prover a melhoria das suas condições de trabalho” (id., p.175).

Numa situação “normal”, desconsiderando-se a pressão produtivista da Capes e CNPq, tudo isto parece um processo “quase natural de diferenciação entre níveis de uma carreira na escala acadêmica típica dos sistemas escolares numa sociedade hierarquizada e num sistema universitário claramente elitista como é o brasileiro” (id., p. 175). Não é natural, nem normal!

É muito difícil preservar a saúde mental e física e a família em circunstâncias de constante pressão. Ao final de cada ano letivo e, especialmente, nos períodos de avaliação da Capes, é um “Deus nos acuda!” As metas foram atingidas? Como adequar-se às exigências para garantir um bom conceito, manter o programa em funcionamento e não perder bolsas? Vale maquiagem dados e utilizar subterfúgios como publicar artigos, como exposto acima, e

coletâneas preparadas com o objetivo de “fazer currículo”? E se o desespero bater, vale tudo? Em situações de tensão, a ética tende a ser sacrificada.

Em tais condições, como fica a qualidade das dissertações de mestrado, teses, trabalhos de iniciação científica? Qual a autonomia do orientador, ou mesmo do programa, diante da ameaça de perder bolsas e outros recursos financeiros? Imaginemos a seguinte situação: um orientando apresenta um trabalho sem as mínimas condições de ser aprovado e o tempo para prestar contas urge. O que fazer? Desligar o orientando do programa? Reprová-lo? Mas como fazer isto se terá influência no processo de avaliação e pode, inclusive, comprometer o programa? Como fica o orientador diante da possibilidade ser o fator causador de prejuízos ao programa? Como se desvencilhar deste fardo? É nestas circunstâncias que o discurso científico vai pro espaço! Os objetivos pragmáticos e as recompensas falam mais alto. Tende a prevalecer o conformismo e a adaptação, ainda que a própria consciência questione e a saúde cambaleie.

Outro efeito do modelo produtivista implantado pela Capes, CNPq, etc., e, vale reafirmar, legitimado pelos pares, é a despolitização e o crescente esvaziamento das organizações sindicais e associações representativas dos docentes. Claro, há outros fatores políticos e sociais que contribuem neste sentido, mas a necessidade premente de mais e mais produtividade tem uma influência decisiva. Segundo os autores:

“Há um enfraquecimento dos sindicatos no âmbito local, e conseqüentemente no plano nacional, o que explicaria uma gestão centralizada no Ministério da Educação e o enfraquecimento por

reivindicações para mudanças nas políticas de avaliação e financiamento da própria Capes. Explicaria a emergência de outro sindicato que pouco discute as concepções de universidade e a dimensão da cientificidade reflexiva e não-pragmática e o movimento de desqualificação de um histórico sindicato que sempre se preocupou com a dimensão corporativa-econômica, mas também com uma concepção de universidade articulada a um projeto de país” (id., p.222).

Amplia-se a dissociação entre a sociedade e a universidade e o descomprometimento da intelectualidade com a superação dos dilemas sociais. Até mesmo os denominados cursos críticos rendem-se ao individualismo produtivista; e os projetos ditos “sociais” tornam-se mera fonte de mais recursos, ainda que apazigüe consciências culpadas e ofereça argumentos para a retórica militante.

A pressão produtivista intensifica um dos aspectos já presentes na vida universitária: o individualismo dos intelectuais. A competição acirrada por recursos, editais, bolsa produtividade, etc., exacerba o individualismo, inclusive porque as recompensas também são individualizadas. Quem pode mais, ganha mais, tem *status*, etc., e destaca-se dos comuns dos mortais que não conseguem se manter na disputa – ou que voluntariamente descartam a opção de jogar este jogo.

Como conciliar o tempo da militância com as exigências de produzir, publicar, etc.? Por que lutar por melhores salários se há a possibilidade de complementá-lo com recursos financeiros provenientes de fontes públicas e privadas ou pela conquista da bolsa produtividade? É um conjunto de fatores que explicam o

conformismo dos professores-pesquisadores. De qualquer forma, como escrevem Sguissardi e Silva Júnior:

“Diante do sistema de competitividade que se consolida, produzindo efeitos que reconfiguram a identidade da universidade em geral e das estatais públicas em particular, a bolsa produtividade em seus diferentes níveis, que definem verdadeira escala de prestígio e poder no meio acadêmico-científico, tornou-se objeto de desejo e, portanto, de acirrada disputa apesar de seus valores monetários relativamente baixos” (id., p. 183).

A competição é individual, mas também institucional – entre programas internos da mesma universidade e entre estas. É uma espécie de “canibalismo”, conseqüência da avaliação da Capes:

“Há um processo de competição entre pequenos programas de instituições de maior ou menor prestígio em regiões, em geral, distintas da Sudeste e mesmo no interior desta região. Esta concorrência faz com que os programas menores, quando comparados com os demais, sejam compelidos a seguir o padrão daqueles, pela natureza comparativa da avaliação da Capes. (...) Este refinar do movimento faz ver quão cruel é esse processo para os programas não tão visíveis, pois impõe uma carga maior de trabalho ao professor-pesquisador e o impele ao produtivismo acadêmico” (id., p.218).

### Considerações finais

“*Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*”, dos professores Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Júnior, merece ser lido pelos diretamente envolvidos no trabalho científico-

acadêmico, docentes e discentes, e pelos interessados em analisar o que se passa na universidade brasileira. Em especial, seria importante que fosse lida pelos *conformistas*, os quais praticamente naturalizaram a ideologia produtivista. Mas, infelizmente, é duvidoso que leiam, pois se encontram extremamente envolvidos com tarefas “produtivas”. Não obstante, a auto-reflexão sobre a prática docente e universitária é um bom início para compreender o *campo* no qual nos situamos e, talvez, ver a tempo e evitar os efeitos perversos – em especial os que afetam diretamente a saúde, a vida familiar, etc.

Estas reflexões, é claro, não dão conta da riqueza da análise e detalhes da obra – nem tem tal pretensão. Porém, se contribuírem para estimular o pensar sobre o tema e, quem sabe, a leitura de “*Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*”, então, valeu a pena o tempo e a energia dedicados. De qualquer forma, encontrei esclarecimentos e argumentos para impressões a que empiricamente cheguei a partir da minha história e experiência de vida. É ótimo concluir que não estamos sós. Há os que resistem, embora sejam minoria. E são muitas as formas de resistência. Mas isto já é assunto para outro momento...

\* SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009 (271p.).

\*\* ANTONIO OZAÍ DA SILVA é Professor no Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá; Mestre em Ciência Política (PUC/SP) e Doutor em Educação (USP); editor da [Revista Espaço Acadêmico](#), [Revista Urutágua](#) e [Acta Scientiarum. Human and Social Sciences](#). Email: [aosilva@uem.br](mailto:aosilva@uem.br); blog: <http://antoniozai.wordpress.com>

\*\*\* Depoimento a Sguissardi e Silva Júnior (2009, p. 170-171), grifos dos autores.